



## **O Quilombo dos Palmares, a imprensa negra e as redes de negritude: trajetória e representações do poder do Movimento Negro**

### **The Quilombo dos Palmares, the black press and the networks of blackness: trajectory and representations of the power of the Black Movement**

*Rosa Lucia Lima da Silva Correia<sup>1</sup>*

#### **Resumo**

Esta discussão tem o objetivo de apresentar a trajetória do Movimento Negro por meio do ativismo gestado na complexidade de mobilizações e manifestações que se iniciaram no século XX com a imprensa e a Frente Negra Brasileira e que duram até hoje com o uso das tecnologias da informação e da comunicação para a construção de uma cidadania comunicativa e aumento da visibilidade e da luta negra. Dessa perspectiva, a organização contra o racismo e pelo reconhecimento do negro na história do Brasil são o cerne desse ativismo que encontra na memória do Quilombo dos Palmares, e na sua presentificação, o exemplo maior da luta e do enfrentamento da realidade. A valorização dessa memória incita a criação de discursos e estratégias mobilizadoras, como a organização de encontros, conferências, estudos, comunidades e debates virtuais, o que a torna um símbolo de poder político.

#### **Palavras-chave:**

Negritude, Redes sociais, Quilombo dos Palmares

#### **Abstact**

This discussion aims to present the Black Movement's trajectory through the activism that has been created in the complexity of mobilizations and demonstrations that began in the 20th century with the press and the Black Front of Brazil and which have lasted until now with the use of information technologies and communication for the construction of a communicative citizenship and increased visibility and black struggle. From this perspective, the organization against racism and the recognition of the black in the history of Brazil are the core of this activism that finds in the memory of Quilombo dos Palmares, and in its presentification, the greatest example of struggle and confrontation of reality. The valorization of this memory prompts the creation of mobilizing discourses and strategies, such as the organization of meetings, conferences, studies, communities and virtual debates, which makes it a symbol of political power.

#### **Keywords:**

Blackness, Networks, Quilombo dos Palmares

---

<sup>1</sup>Professora do Curso de Relações Públicas da UFAL. Contato: rosa.correia@ichca.ufal.br .

Amilcar Pereira (2010) em sua tese sobre a trajetória do Movimento Negro no Brasil afirma que existe uma diferença entre o movimento negro organizado na contemporaneidade e o movimento social negro organizado antes da década de 1970: a contraposição à teoria da democracia racial de Gilberto Freyre divulgada em seu livro *Casa Grande e Senzala*<sup>2</sup>, publicado em 1933.

Porém, antes ou depois de 1970, o Movimento Negro se apresenta como um movimento social que tem como característica singular a “atuação em relação à questão racial” (PEREIRA, 2010, p.80), embora ao longo de sua conformação que, é bom destacar, é bem heterogênea, tenha levantado outras bandeiras, como a luta pelos direitos das mulheres e dos trabalhadores. Isso se dá porque a luta contra o racismo vem atrelada à luta pelos direitos sociais e por melhores condições de vida para a população negra, ações que tivessem “significação cultural, valor artístico e função social”, estratégias educacionais e pedagógicas da luta política, como afirma Abdias Nascimento (1997, p.75).

Esta diversidade de bandeiras coadunadas em torno da luta contra o racismo e pela melhoria das condições de vida da população negra e a multiplicidade de estratégias, ações e formas de organização utilizadas ao longo do século XX não indicam um movimento sem uma especificidade, ao contrário, unificam diversos movimentos, diversos modos de articulação e divergências sob o termo singular Movimento e sob o significante Negro (GONZALEZ, 1982:19 apud PEREIRA, 2010, p.81).

Há aí uma comunhão na perspectiva de atuação em prol da população negra. Assim como também é uma demarcação para o “movimento negro contemporâneo”, onde redes de relacionamento entre os militantes se constituíram nacionalmente, possibilitando a difusão de informações e elementos fundamentais para a organização do movimento de forma global (PEREIRA, 2010, p.96).

Joel Rufino dos Santos (1985, apud PEREIRA, 2010) afirma haver um Movimento Negro no sentido estrito e outro no sentido lato: o primeiro é aquele consagrado unicamente à luta contra o racismo; o segundo, plural e heterogêneo, volta-se para a complexidade de mobilizações, manifestações e reações, de qualquer tempo e natureza.

As mobilizações, diz Maria da Glória Gohn (2000), contra as condições de espoliação

---

<sup>2</sup> Gilberto Freyre (1998) apresenta neste livro a importância do hiato casa-grande-senzala na formação brasileira, uma intrincada relação de oposição e complementaridade que estruturavam a sociedade. O autor explicita o lugar e a função naturais de cada grupo cultural - europeus, especialmente os portugueses, o negro, oriundo das várias nações africanas, e dos diferentes indígenas que habitavam o Brasil - no funcionamento do jogo social e na organização política, destacando que desse imbricamento nasce uma nação miscigenada, enriquecida racial e culturalmente. A miscigenação é, portanto, uma característica, por si só, democratizante da sociedade.

social existem desde a fundação do Brasil, quando grupos de naturezas diferentes se organizavam e se articulavam contra a dominação e a exploração econômica, sendo os quilombos, e em especial o Quilombo dos Palmares, grandes exemplos de luta e mobilização na época da Colônia (2000, p. 15) e, recentemente, simbolizados nas lutas contra a exclusão social.

Abdias do Nascimento considera não só a quilombagem como enfrentamento militar, físico e social, mas também outras revoltas “da massas despossuídas” para abolir o cativo e para instituir a liberdade religiosa como as primeiras expressões ou a raiz do Movimento Negro no Brasil (NASCIMENTO, 1997, p.108-109).

O Movimento Negro no sentido estrito nasceu em 1931 com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo, mas somente se conformou como tal quando se opôs ao mito da democracia racial divulgado pelas ideias de Gilberto Freyre sobre a harmonia das relações entre negros e brancos, pensamento que influenciou fortemente a idealização de uma identidade nacional para o Brasil nas décadas de 30 e 40 do século XX (PEREIRA, 2010).

A criação da FNB se dá logo após a Revolução de 1930 e da chegada ao poder de Getúlio Vargas, que marcou o enfraquecimento das oligarquias cafeeiras paulistas no cenário político nacional, tendo apenas passado pouco mais de 40 anos desde o fim da abolição da escravatura (PEREIRA, 2010, p.85).

a Frente Negra Brasileira reflete as intenções reivindicatórias de um grupo que até então vivera totalmente à margem da sociedade e que agora percebia a necessidade de arregimentar a sua massa para obter maior eficiência na efetivação dessas reivindicações.

(...) Na verdade, a Frente Negra não nasceu num vácuo político-social, tampouco foi fruto de geração espontânea. Muito pelo contrário, constituiu a culminação de uma série de organizações que, desde o início do século, buscavam congregar os descendentes de africanos, sobretudo em São Paulo. Eram clubes, associações e órgãos de imprensa que, se de início apresentavam um caráter cultural-beneficente, logo evoluíram para a “arregimentação da raça”. Essa tendência pode ser constatada na ação de periódicos como o *Palmares* ou o *Clarim da Alvorada*, bem como na tentativa de se organizar um Congresso da Mocidade Negra, ainda nos anos 30 (NASCIMENTO, 1997, p.54).

Percebe-se como a imprensa negra, um grupo de jornais comandados por semi-intelectuais e subproletários denunciando as discriminações raciais mais chocantes em São Paulo, no início do século XX, foi fundamental para a criação da FNB e da luta organizada contra o racismo.

Os produtos da imprensa negra eram veículos de informação constituídos por todo tipo de organizações e associações desportivas, culturais e artísticas, que surgiram em algumas partes do país desde o final do século XIX, tendo objetivos semelhantes aos da FNB em São Paulo, mas com alcance em outros estados brasileiros do Nordeste ao Sul do país (PEREIRA, 2010, p.86).

Nesse mesmo período, em 1926, nasce o Centro Cívico Palmares (CPP), um marco para a mobilização política dos negros em São Paulo, antes mesmo da Revolução de 1930, e que contribuiu significativamente para a criação da FNB. A organização foi assim chamada em homenagem ao Quilombo dos Palmares e destinava-se à instrução intelectual da comunidade negra e ao patrocínio de encontros e conferências sobre questões de interesse público (ANDREWS, 1998 apud PEREIRA, 2010).

A Frente Negra Brasileira, assim como o CCP, também promovia este tipo de atividade e de interesses, posto que mantinha escola, assistência social e jurídica, grupo de teatro, jornal, promovia palestras e bailes para coadunar as pessoas em torno da discussão de “assuntos da raça”. Em 1936 foi transformada em partido político e fechada em 1937 pelo golpe do Estado Novo, mas suas ideias e práticas ajudaram a forjar o cidadão afrobrasileiro.

O que se percebe neste período é que as ações voltadas à educação e conscientização de classe o mote contra o racismo e em prol da melhoria das condições de vida da população negra, da luta do Movimento Negro. Aliado a isso está a valorização da história e da memória do Quilombo dos Palmares como exemplo de luta dos negros no Brasil.

Amilcar Pereira (2010, p.89) afirma haver três diferentes fases do Movimento Negro brasileiro, de características distintas, ao longo do século XX: a primeira, do início do século até o Golpe do Estado Novo, em 1937; a segunda, do período que vai do processo de redemocratização, por volta dos anos 1940, até o golpe militar de 1964; e a terceira, por volta dos anos 70, impulsionada pelo processo de Abertura política, em 1974.

A primeira fase teve como ápice a criação e a consolidação da FNB como uma força política em âmbito nacional. A segunda é marcada pela criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abdias do Nascimento em 1944, no Rio de

Janeiro e o Teatro Popular Brasileiro, fundado por Solano Trindade, em 1943,<sup>3</sup> como as organizações de maior expressão social e política no país (PEREIRA, 2010, p. 91). Nesse período os militantes se concentravam em afirmar a dignidade da pessoa de cor, em buscar o reconhecimento social e a igualdade entre os negros no intuito de realizar a inclusão da população negra na sociedade brasileira, ideais alimentados, especialmente, pelas experiências vindas do exterior entre as décadas de 40 e 60, principalmente da África e dos Estados Unidos (NASCIMENTO, 1997, p.84).

Quando o governo militar tomou o poder no país, aumentaram as repressões às mobilizações populares e a questão racial virou assunto de segurança nacional, sendo sua discussão proibida. Abdias do Nascimento foi acusado de fazer a ligação entre o Movimento Negro e a esquerda comunista, assim como também foi execrado pela esquerda como fascista e racista pelo avesso (NASCIMENTO, 1997, p.85)

Na terceira fase do Movimento Negro estabeleceram-se, em âmbito nacional, redes de relacionamento entre os militantes negros brasileiros e de outros países, por onde se deu a circulação de ideias e teorias africanistas, fundamentais para o fortalecimento e disseminação de uma cultura e da ideia de um povo (afrodescendente) que, pelo seu caráter híbrido, não se encontra circunscritos às fronteiras étnicas ou nacionais (PEREIRA, 2010; NASCIMENTO, 1997).

Esse africanismo ou africocentrismo, como fala Scott Allen (1999), emergiu como denúncia do “mito da democracia racial” e se firmou como um elemento fundamental para a constituição do movimento a partir da década de 1970. E essa é, talvez, a característica importante do Movimento Negro contemporâneo: a reivindicação pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, razão do surgimento de uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo brasileiro, o Grupo Palmares, que levantou a bandeira do 20 de Novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, como o “Dia do Negro”, mais tarde, por influência do MNU, rebatizado como “Dia Nacional da Consciência Negra” (NASCIMENTO, 1997, p. 263).

A data passou a ser, então, desde 1978, comemorada por segmentos negros, em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravatura); fato que engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negras, e provoca

---

<sup>3</sup> Francisco Solano era um poeta e militante negro de Pernambuco que criou a Frente Negra de Pernambuco e o Centro de Cultura Afro-Brasileiro em 1936. E juntamente com Abdias do Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN).

objetivamente uma revisão historiográfica sobre o papel do negro na formação da sociedade brasileira. Realiza o deslocamento do lugar figurativo ou de submissão para o de protagonista, tendo Zumbi dos Palmares como sua maior referência de líder e político de um “Estado Negro” (SILVEIRA apud NASCIMENTO, 1997, p.264), recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos.

Não só por esse motivo o ano de 1978 é um novo marco do Movimento Negro, mas devido a outros fatos: 1. um grupo de militantes, em rede, que se conheciam desde a década de 40 ou 50, reuniu cerca de 2 mil pessoas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, entre eles artistas e personalidades representativas da luta negra, no dia 7 de julho deste ano<sup>4</sup>, um ato público organizado contra a discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê, e em protesto ao assassinato de Robson Silveira da Luz, trabalhador negro, torturado até a morte pela polícia; 2. porque neste período era proibido qualquer evento ou publicação relacionado ao racismo ou à raça, visto que era considerado pelo governo militar como algo que pudesse “incitar ao ódio ou à discriminação racial” ou que poderia, segundo o” Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969 em seu artigo 33º, poderia levar à pena de detenção de 1 a 3 anos”; e 3. porque o ato foi realizado com o acompanhamento de perto realizado pelos órgãos de informação do regime militar, porém, sem ter havido nenhuma repressão (PEREIRA, 2010, p.166).

O Movimento Negro existe até hoje em vários estados como designação genérica para diversas entidades e ações construídas a partir daquele momento (PEREIRA, 2010, p.165). Isso ampliou ainda mais a extensão das redes de relação entre as organizações e associações negras por todo país.

O período em que o Brasil estava sob o governo militar também se caracteriza, além da dura repressão política, por um crescimento econômico que levou as camadas médias a terem a bens e educação (GOHN, 2000). Essa situação acabou aumentando o número de negros nas universidades e permitindo com que disputassem trabalhos de maior remuneração. É nesse sentido que Joel Rufino dos Santos, em 1985, afirma que “O movimento negro atual é, pois, da maneira como o entendem suas lideranças e intelectuais, filho do ‘milagre brasileiro’ (SANTOS, 1985 apud PEREIRA, 2010, p.174-175).

---

<sup>4</sup> O 7 de julho ficaria conhecido como o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo.

Uma das principais estratégias de mobilização, nesse contexto, eram as reuniões de estudo, de leitura e discussão, e os seminários e palestras, que ocorriam em muitos locais. Era preciso estudar, discutir, se informar sobre “a questão do negro” e as relações sociais no Brasil, para informar outros e assim fortalecer o movimento que se buscava constituir. Grande participação também tiveram, neste período, os cursos de Ciências Sociais e de História, que eram bem procurados pelo militantes de vários movimentos sociais (GOHN, 2000). Esse fato, aliado aos números crescentes de discriminações ocorridos em várias instâncias sociais, fez proliferar o número de associações negras pelo país na tentativa de combatê-las e denunciá-las.

Essas associações, de uma maneira geral, experimentaram a partir das décadas de 1960 e 1970 um processo de conscientização em relação à sua própria negritude e em relação à existência do racismo, o que os militantes irão chamar de “construção da consciência negra”, sendo extremamente necessária para isso a criação de redes de cooperação e conscientização (PEREIRA, 2010, p. 183).

#### *A redemocratização e a reorganização da luta*

A Abertura Política, que havia sido iniciada em 1974, foi um período de “fermentação política” (PEREIRA, 2010) que deu vigor ao movimentos sociais e ampliou o espaço da denúncia, especialmente na década de 1980, convocando a solidariedade de outros grupos e bandeiras na luta pela democracia.

A articulação do Movimento Negro com os partidos políticos de esquerda, como o Partido Comunista, estabelecia-se por intermédio de alguns dos militantes, a fim de trazer mais força política e ganhar mais espaço na arena pública. Essa ação situava o movimento numa perspectiva não só de raça, mas, principalmente, de classe (PEREIRA, 2010). Condição essa debatida nos encontros, congressos e discursos dos militantes e intelectuais, ativistas negros ou não, a partir deste período. Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Otávio Ianni, Manuela Carneiro da Cunha<sup>5</sup> participaram de vários eventos pelo país discutindo a influência da escravidão na formação da estrutura social brasileira.

A partir da década de 1980 surgem novas estratégias de atuação do Movimento Negro por causa da vitória dos candidatos da oposição ao regime militar em estados como

---

<sup>5</sup> Clóvis Moura representando o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas-São Paulo, Lélia Gonzalez como representante da Pontifícia Universidade Católica –Rio, Otávio Ianni da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Manuela Carneiro da Cunha da Universidade de Campinas.

Rio de Janeiro e São Paulo<sup>6</sup>. Os militantes negros procuram, então, construir espaços de interlocução com os poderes públicos nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo (PEREIRA, 2010).

Em 1985, quando foi criado o Ministério da Cultura (MinC), o primeiro titular da pasta criou a Assessoria de Cultura Afro-Brasileira, coordenada por um ativista ligado ao Movimento Negro.

Nascia, no âmbito do Governo Federal, um mecanismo destinado a trabalhar os assuntos pertinentes à cultura afro-brasileira, a partir da reinterpretação histórica e da reivindicação das entidades do movimento negro. A Assessoria atuava em sintonia com as agremiações negras, com as universidades, com os governos estaduais. Procurava ser o agente catalisador das aspirações culturais e sociopolíticas afro-brasileiras. No Itamaraty, buscava o intercâmbio com os países africanos ao sul do Saara, cujos embaixadores faziam-se presentes à Serra da Barriga e em debates, conferências, exposições de artes plásticas, sessões musicais e teatrais, além de muitas outras iniciativas culturais” (MOURA, 2008, p. 10).

Esse e outros órgãos estatais criados para tratar das questões relacionadas à população negra brasileira, especialmente voltados para a cultura afro-brasileira, são frutos também das mudanças na concepção de cultura, alargada pela participação de sociólogos, antropólogos e historiadores nos quadros dos órgãos estatais de cultura.

Essa interlocução com o Estado, que antes já fora alvo de críticas internas ao movimento, pois tinham significado de “cooptação”, foram, nesse novo momento, entendidas e aceitas como oportunidades de ocupar espaços dentro da máquina pública, de participação, de interferência direta nas ações do Poder Público a favor dos interesses da população negra. A esse respeito declara Maria da Glória Gohn que os “movimentos sociais que emergiram na cena política, desde o final dos anos 70, conseguiram inscrever em leis [e em políticas públicas], como direitos, várias reivindicações” (2000, p.19).

Com a “declaração de morte do regime militar” (GOHN, 2000, p.19), enterrado emblematicamente pela campanha das Diretas Já, um importante momento de articulação entre setores do Movimento Negro e outras entidades políticas se firmou: era o fim do bipartidarismo e alguns militantes negros participaram da fundação e da organização de novos partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), por exemplo. A ideia era não só estar presente, mas também ativo na arena política mesmo que, em alguns casos, “a questão racial não fosse considerada tema

---

<sup>6</sup> No Rio de Janeiro foi eleito Leonel Brizola, do PDT, ao governo do estado, e em São Paulo André Franco Montoro, do PMDB, foi eleito governador.



pertinente dentro dos partidos, mesmo os de esquerda”; importante se fazia colocar a questão racial dentro da prevalecente discussão sobre a luta de classes (PEREIRA, 2010, p. 214-215).

O PDT teve por fundadores Leonel Brizola e Abdias do Nascimento, este último assumiu a presidência do partido de 1981 a 1995. O partido demonstrou explicitamente seu compromisso com a luta racial quando Brizola assumiu o governo do estado do Rio de Janeiro, em 1983, e nomeou 3 ativistas do Movimento Negro para exercerem o cargo de secretários do estado. Mas foi com a aproximação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, e do Centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, que as mobilizações e articulações do Movimento Negro a partir das instituições estatais e na sociedade aumentaram. Já em 1987, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, militantes do movimento negro reuniram-se em Brasília no encontro “O Negro e a Constituinte”. As conclusões desse evento foram a criação de um órgão cultural, no Ministério da Cultura, com o objetivo de tratar da valorização cultural afro-brasileira, com o que concordou o então presidente José Sarney (MOURA, 2008,p.10).

A Assessoria de Cultura Afro-Brasileira do Ministério da Cultura é, então, criada e encarregada dos festejos e comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura e passa a ser constituída por personalidades e entidades realmente representativas das manifestações culturais afro-brasileiras. Ela era uma unidade gestora dentro da estrutura do MinC, com autonomia, espaço administrativo e financeiro no seio da burocracia brasileira, de forma que o ministro Celso Furtado, ainda no primeiro semestre de 1988, solicitou a elaboração de uma minuta de estatuto para que a entidade atuasse com a chancela jurídica de fundação (MOURA, 2008, p. 11-13) e, assim, em 22 de agosto do mesmo ano, a Fundação Cultural Palmares (FCP) passou a funcionar. Além das ações pertinentes à cultura afro-brasileira e à luta anti-racista, a FCP, também passou a acompanhar os trabalhos da Constituinte (MOURA, 2008, p. 14).

A Constituinte foi uma preocupação vital de 1988 do Movimento Negro. Hélio Santos, militante negro, integrante da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a chamada “Comissão Arinos”, que o presidente Sarney nomeou para elaborar um anteprojeto de Constituição, assim como outros militantes que estavam em cargos públicos, se empenharam para a inclusão nas linhas da Nova Carta Magna a luta contra o racismo, aumentando a pressão pela implementação das reivindicações da população negra, especialmente a criminalização do racismo e a regularização das terras de quilombolas.

Assim, o ano de 1988 tem dois grandes marcos para a história do Movimento Negro: o Centenário da Abolição da Escravatura, considerado majoritariamente pelas diversas entidades que formavam o movimento, à época, o momento ideal para provocar a sociedade para uma discussão mais radical sobre a situação da população negra, e a promulgação da Constituição.

No que se refere ao centenário, um dos principais eventos realizados pelo movimento foi a “Marcha contra a farsa da Abolição”, realizada em 11 de maio de 1988 Candelária, no Centro do Rio de Janeiro. A ideia da Marcha era mostrar como a população negra ainda continuava sendo violentada, marginalizada pela persistência das condições de desigualdade econômica e social. O ato ganhou repercussão internacional, em função do grande aparato militar disponibilizado pelo Exército para impedir a passagem dos participantes pela frente do Comando Militar do Leste e ao lado da Central do Brasil (PEREIRA, 2010, p.227).

Marchas e manifestações semelhantes a essa foram realizadas em várias outras capitais do país, constestando o 13 de maio e denunciando as condições de desigualdade da população negra. O centenário da abolição alimentou o debate sobre a questão racial em diferentes segmentos da sociedade brasileira e acabou contribuindo fortemente para a criação de novas organizações negras por todo o país (PEREIRA, 2010, p.229).

O resultado de todas estas ações e mobilizações, dentro e fora do aparelho estatal, foi o reconhecimento e criminalização do racismo, no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”, antes considerado apenas como contravenção penal, de acordo com a Lei Afonso Arinos, de 3 de julho de 1951; o reconhecimento, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da propriedade definitiva das terras de remanescentes das comunidades de quilombos; e a definição, nos artigos 215 e 216, do alargamento do entendimento e do exercício dos direitos culturais, a valorização e difusão de diversas manifestações das culturas nacionais e a formação do patrimônio cultural nacional a partir dos diversos grupos que formaram a sociedade brasileira, inclusive o afro-brasileiro.

No final da década de 80 a maioria dos militantes negros já conservava uma sólida experiência de atuação em projetos e programas estatais; conhecia a burocracia necessária para a realização de articulações com o Poder Público e até com entidades internacionais. A

década de 90 foi a época da criação das ONGs por todo o país (GOHN, 2000), e o Movimento Negro se destacou pelo número e diversidade de causas e atividades desenvolvidas, que ganharam mais visibilidade e notoriedade com o advento da internet anos depois.

Duas importantes organizações não governamentais negras criadas no início da década de 1990 foram o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade (CEERT) e o Geledés (Instituto da Mulher Negra), ambos em São Paulo. Eles atuam com projetos financiados, pelo governo ou por organismos internacionais, nas áreas de saúde da mulher negra; defesa e garantia de direitos humanos; racismo e educação, entre outros, demonstrando a profissionalização e a qualificação da militância, seja porque passou a “estudar temas específicos”, porque ingressou na vida acadêmica, “fazendo cursos de graduação e pós-graduação”, como “Sueli Carneiro, do Geledés, doutora em Filosofia da Educação pela USP, e Hédio Silva Jr. do Ceert, doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP”, ou ainda porque ganhou espaço e visibilidade por levar jovens negros às universidades através da criação de “pré-vestibulares para negros e carentes” (PEREIRA, 2010, p.233-234).

Um outro importante marco desse período foi a luta pelas ações afirmativas para negros no Brasil, que só vai se efetivar no início dos anos 2000. A razão desta proposta estava contido na Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1995 em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi. A Marcha levou à Brasília ativistas do Movimento Negro, representantes de sindicatos e de comunidades negras rurais, que apresentaram várias demandas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, entre elas a implementação de “ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta” (PEREIRA, 2010, p.236).

Em 1995 o presidente Fernando Henrique Cardoso inscreveu Zumbi dos Palmares no livro dos heróis da pátria e reconheceu em discurso a existência de discriminação racial em nossa sociedade (CIPOLA, 2004). Desde então houveram grandes mudanças no Movimento Negro, especialmente no que tange àquela postura predominante de confronto e de denúncia, posto que muitas reivindicações e metas foram atingidas e precisava-se, mais do que nunca agora, mantê-las e ampliá-las.

Nesse trabalho de ampliação e manutenção, não só de reivindicações mas também da conscientização do negro de sua raça, da luta empreendida desde a Colônia por liberdade e dignidade, por sua valorização como sujeito social, os veículos de comunicação sempre foram

um grande aliado. No fim da década 90 a revista *Raça*, de grande circulação, era uma publicação específica voltada para o público negro: política, beleza, saúde, celebridades. Uma demonstração dos novos caminhos trilhados pela luta negra por visibilidade e do poder econômico e político conquistado.

Nessa mesma esteira vieram os sites e os grupos de mala direta de instituições como a Fundação Cultural Palmares, Geledés e CEERT, pioneiros na incipiente internet, ávidos na divulgação de discussões sobre a negritude no Brasil, endossando a necessidade da resistência e a vigilância contra o racismo.

Com a criação do orkut em 2004, a primeira rede social em ambiente virtual, vários grupos de discussão e de ativistas ou simpatizantes da causa negra começaram a surgir na internet. Negros e negras de várias regiões do Brasil se reuniram novamente, mas de uma nova forma e com objetivos diversos: compartilhar conteúdos autorais, discutir posicionamentos, demonstrando apreço ou repúdio, conhecer e se filiar a Ongs e associações entre tantas outras opções.

Nesses espaços diversos debates e informações eram divulgadas, funcionando como um lugar de sociabilidade, onde as pessoas se conheciam e se ligavam aquelas que tinham os mesmos interesses, construindo laços mais ou menos frágeis. Esses agrupamentos, chamados à época de comunidades, surgiam da união de colegas de uma instituição de ensino, da admiração por algum artista ou gênero musical, maquiagem para a pele negra, relacionamento entre negros e interracialis, junção de profissionais de determinada área, sentimentos (de ódio ou amor: eu odeio racismo, amo negros), penteados, motivação e autoajuda, poesias. A convivência girava em torno de temas da atualidade e muitas vezes socialmente relevantes como empregabilidade, racismo, educação pública, política e justiça social (ANDRADE, 2012).

Hoje a internet é um palco muito maior e ampara várias plataformas sociais. Cada vez mais relevante no cenário político e no ativismo social, ela mudou a forma com que os negros começaram a se destacar nas discussões raciais no Brasil de forma que podemos enxergá-la como um território de redes

redes sociocomunicacionais de pensamento e ativismo de afro-brasileiros em torno dos usos que o movimento negro faz de diferentes tecnologias da comunicação nos processos de construção e visibilidade públicas da cidadania de afrodescendentes” (COGO;MACHADO, 2010, p.1).

Observa-se nesse contexto a emergência de uma cidadania comunicativa em que o Movimento Negro se reinventa e cria novos objetivos tais como

a “geração e distribuição de conteúdos com o objetivo de pluralizar as representações do negro no universo das mídias (vinculadas ou não ao movimento) e construir, pautar e difundir o debate sobre a cidadania dos afrodescendentes. No marco dessa cidadania, o movimento empenha-se, ainda, na gestão e produção de espaços comunicacionais próprios que se pautam pela ampliação do acesso e da participação dos afro-brasileiros nas tecnologias da informação e comunicação (jornais, rádios, sites, portais, blogs, etc.). Esses espaços próprios orientam-se igualmente à tematização das demandas por cidadania das populações negras, além de se tornarem espaços de inclusão e capacitação comunicacionais dos afrodescendentes (COGO; MACHADO, 2010, p.2).

Nesse meio funda-se, então, um processo dialógico onde atores constroem suas identidades através de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, resoluções de conflitos e de resistência (SCHERER WARREN, 2019). O que permite dizer que isso pode ser entendido como novos modos de organização, conscientização e mobilização da negritude.

Além disso o acesso a internet e a conteúdos informativos e educativos, à criação de coletivos e à organização de atividades políticas tem conseguido trazer, e também traduzir, questões que só circulavam dentro das mesas de debates acadêmicos das universidades ou que eram apenas forjadas em outros espaços excludentes, dentro e fora do Brasil, para a tela dos celulares, notebooks e tablets de um número considerável de brasileiros.

Embora milhões de pessoas no mundo, 63 milhões no Brasil, ainda estejam desconectados, segundo os dados do relatório "2018 Global Digital", da We Are Social e da Hootsuite, a interferência das tecnologias de informação e comunicação nas estruturas sociais desde os anos 90 comprova o alcance maciço, mesmo indiretamente, que elas tem (CASTELLS, 2012). E isso é comprovado pelo avanço e diversidade das pautas sociais. No que tange à negritude isso é claramente demonstrado pela permanência e também avanço nas discussões sobre questões raciais e sobre o racismo, muito em voga ultimamente por causa da onda conservadora, e na prevalência de grupos e perfis nas principais redes sociais de hoje.

Percebe-se pela amplitude de perfis, especialmente no Instagram e Facebook, individuais e coletivos que o Movimento Negro em sentido lato, como afirma Joel Rufino dos Santos (1994), e como toda e qualquer manifestação consciente e conscientizadora de um negro, tem se mantido articulado entre várias e diferentes vozes no Brasil, criando uma rede,



possivelmente, para o enfrentamento dos desafios que teremos num futuro próximo ou num presente que está se forjando, ou, pelo menos, um locus de debate.

Isso tem maior vultosidade durante o mês de novembro, quando é celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, e é possível encontrar na internet, nas diversas redes sociais, diversas postagens, de organizações privadas e públicas, perfis coletivos e individuais, sobre a luta travado pelos guerreiros do Quilombo dos Palmares, a guerra pela liberdade orquestrada por eles. O 20 de novembro não é um dia, são 30 dias de comemoração e exaltação do negro e da negritude, mas também é um objeto de discussão que reflete interesses comerciais e que serve, antes de tudo, a interesses ideológicos e políticos. É, em especial, o momento de maior visibilidade da questão negra.

Ainda nos dias atuais as redes de negros e negritude se valem da história e imagem de resistência do Quilombo dos Palmares, se inspiram na Frente Negra Brasileira, na luta da imprensa negra, para manterem vivos o ideário do Movimento Negro.

## Referências

ANDRADE, Melissa Maria de Freitas. **Negritude em rede: discursos de identidade, conhecimento e militância - Um estudo de caso da comunidade Negros do Orkut (2004-2011)**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Dissertação de mestrado), 2012.

COGO, Denise; MACHADO, Sátira. **Redes de negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

CASTELLS, M. **Castells debate os dilemas da internet**. Radio Europa Abierta, Espanha, 17 de jan. de 2012. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/castells-debate-os-dilemas-da-internet/>. Acesso em 16 de janeiro de 2019.

CIPOLA, Ari. **FHC reconhece Zumbi como herói**. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/manchetes\\_21nov01.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/almanaque/manchetes_21nov01.shtml)> Acesso em 06 de maio de 2004.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ongs e terceiro setor. **Revista Mediações**. Londrina, v.5, n.1, p.11-40, jan/jun de 2000.

MOURA, Carlos. 20 anos de história. **Revista Palmares**, Brasília, ano IV, n.4, p.8-15, 2008.



MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em novembro de 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. Frente negra brasileira. **Revista Thoth**, Brasília, n. 3, p.53-56, set/dez de 1997.

PEREIRA, Amílcar. **“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).** (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010.

SANTOS, Joel Rufino dos. “A Luta Organizada Contra o Racismo”. In: BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). **Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília.** Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Movimento negro e crise brasileira.** Brasília: Palmares, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos em cena.. e as teorias por onde andam?.** Disponível em: [http://www.educacaoonline.pro.br/movimentos\\_em\\_cena.asp?f\\_id\\_artigo=385](http://www.educacaoonline.pro.br/movimentos_em_cena.asp?f_id_artigo=385)> Acesso em 16 de janeiro de 2019.